

PREÂMBULO

O presente Regulamento organiza a unidade curricular de Projecto II (Execução) do plano de estudos do curso de mestrado em Comunicação Organizacional: Cidadania, Confiança e Responsabilidade Social.

No ensino superior politécnico, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional. Deste modo, o segundo ano do curso de Mestrado em Comunicação Organizacional: Cidadania, Confiança e Responsabilidade Social está estruturado de forma a proporcionar a realização de um projecto de intervenção em ambiente profissional, quer através da concepção e concretização de um projecto, quer através da realização de um estágio. Qualquer uma destas modalidades está devidamente enquadrada nos pressupostos legais que regulam a atribuição de graus e diplomas no ensino superior em geral e no sistema politécnico em particular.

Em termos legais, enquadram o presente Regulamento:

- D.-L. nº 74/2006 de 24 de Março, alterado pelo D.-L. nº 107/2008 de 25 de Junho (Graus académicos e diplomas do Ensino Superior)
- Despacho nº 19151/2008 de 17 de Julho, alterado pelo Despacho nº 7994/2011 de 2 de Junho (Regulamento do Ciclo de Estudos conducente à obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra)

REGULAMENTO

ARTIGO 1º - ATRIBUTOS GERAIS A DEMONSTRAR

Qualquer que seja a opção do estudante no que concerne ou à elaboração de um projecto ou à realização de estágio, a obtenção do grau de Mestre pressupõe que o estudante demonstre:

1) Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que:

- i) Sustentando-se nos conhecimentos obtidos ao nível do 1º ciclo, os desenvolva e aprofunde;
- ii) Permitam e constituam a base de desenvolvimentos e ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação aplicada;

2) Saber aplicar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares, em contextos alargados e multidisciplinares, ainda que relacionados com a sua área de estudo;

3) Ter capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;

- 4) Ser capaz de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades;
- 5) Ter competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo.

ARTIGO 2º - DEFINIÇÕES

Projecto: Entende-se por projecto um trabalho primordialmente aplicado e inserido no âmbito das questões abordadas no 1º ano do plano de estudos do curso de mestrado. O trabalho pode centrar-se no diagnóstico de uma situação problemática identificada, no estudo de um problema novo ou na aplicação de métodos e instrumentos de resolução de uma situação problemática já identificada por outrem ou pelo próprio estudante. Este projecto pode ser concretizado em ambiente organizacional. O projecto é por defeito resultante de um trabalho individual, podendo admitir-se que esteja associado a um trabalho colectivo, devendo o relatório sobre o mesmo evidenciar inequivocamente o contributo individual do estudante para esse trabalho colectivo.

Estágio: Entende-se por estágio de natureza profissional, o trabalho final em ambiente organizacional, visando a aplicação de conhecimentos e competências adquiridas no 1º ano do curso de mestrado na concepção e execução de um projecto de intervenção, no diagnóstico e/ou na resolução de problemas, evidenciando um contributo relevante para a organização de acolhimento.

ARTIGO 3º - CONDIÇÕES DE ACESSO

1 - O estudante só poderá realizar o trabalho de Projecto ou de Estágio se, em conjunto com as restantes unidades curriculares em que se inscreve nesse ano lectivo isso corresponder, no máximo, a 67.5 ECTS, tendo acumulado pelo menos 52.5 créditos.

ARTIGO 4º - FUNCIONAMENTO DA UNIDADE CURRICULAR DE PROJECTO

1 - A unidade curricular é de natureza individual e cada estudante terá orientação tutorial, de acordo com o definido no plano de estudos publicado no Despacho nº 12660/2011 de 22 de Setembro.

2 - As propostas de trabalho a desenvolver em Projecto ou Estágio podem ter duas proveniências:

- a) Os docentes que manifestem interesse apresentam ao Director da Comissão Coordenadora do Mestrado, adiante CCM, propostas de trabalho de projecto ou de estágio de natureza profissional até ao início do 3º semestre;
- b) Os estudantes apresentam propostas de sua iniciativa dispondo para tal do prazo máximo de trinta dias após o início do 3º semestre. Os estudantes trabalhadores podem ainda propor a organização onde desenvolvem a sua actividade profissional como entidade de acolhimento para Projecto, desde que a

entidade acolhedora e o estudante trabalhador demonstrem condições para cumprir o estabelecido no presente Regulamento.

3 - A CCM aprova as propostas finais de Projecto submetidas pelos estudantes até sessenta dias após o início do 3º semestre.

4 - As propostas de trabalho e respectivos orientadores e co-orientadores (se aplicável) são aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da Escola Superior Educação de Coimbra.

5 - Os estudantes em mobilidade ERASMUS ou equivalente podem realizar a unidade curricular em organizações estrangeiras mediante acordo prévio de colaboração a estabelecer com a Escola Superior Educação de Coimbra.

ARTIGO 5º - ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE PROJECTO

1 - A realização do trabalho de Projecto ou Estágio é orientada por:

- a) um professor doutorado (incluindo doutorados convidados ou equiparados a professor), designado pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Director da Comissão Coordenadora do Mestrado.
- b) um especialista de mérito reconhecido pelo Conselho Técnico-Científico, designado pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Director da Comissão Coordenadora do Mestrado.

2 - Podem ainda orientar ou co-orientar os trabalhos descritos no nº1 professores ou investigadores doutorados ou especialistas de mérito reconhecido doutras instituições, nacionais ou estrangeiros, designados pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Director da Comissão Coordenadora do Mestrado.

ARTIGO 6º - SUPERVISÃO NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE PROJECTO

1 - Caberá à instituição de acolhimento indicar um Supervisor de Estágio ou de Projecto, se aplicável neste último caso.

2 - O Supervisor deverá ser um especialista de reconhecido mérito e com responsabilidade funcional na área de intervenção.

ARTIGO 7º - DURAÇÃO DO ESTÁGIO

1 - Define-se que os trabalhos de Estágio têm a duração mínima de quatro meses.

ARTIGO 8º - AVALIAÇÃO

1 - A avaliação da unidade curricular de Projecto II (Execução) far-se-á a partir do Relatório de Projecto, adiante designado apenas por Relatório.

2 - O Relatório referido no nº 1 deve conter:

- a) uma exposição crítica da revisão da bibliografia científica relevante, internacional e nacional, que enquadre teórica e metodologicamente o trabalho;
- b) uma componente descritiva correspondendo ao relato da intervenção do estudante, contendo elementos relativos à sua caracterização, à planificação e à condução da sua acção;
- c) uma componente reflexiva correspondendo à análise da intervenção e processos descritos;
- d) uma exposição conclusiva que sintetize e avalie criticamente as soluções implementadas ou as recomendações preconizadas.

3 – O Relatório não poderá ultrapassar o equivalente a 100 páginas, excluindo anexos (Times New Roman, letra de tamanho 12, texto justificado, espaçamento 1,5 linhas) e deverá seguir as regras gráficas e de disposição dos conteúdos disponíveis em: <http://www.esec.pt/pagina.php?id=72>

4 – O Relatório será apresentado em Provas Públicas e apreciado por um Júri a designar pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Director da Comissão Coordenadora do Mestrado, nos termos indicados no Regulamento do IPC referido no Preâmbulo.

5 – O júri terá em consideração a apreciação qualitativa do Supervisor de projecto ou de estágio, se aplicável.

ARTIGO 9º - PRAZOS

1 – A apresentação a provas públicas só poderá ocorrer após a conclusão de período correspondente ao funcionamento desta unidade curricular e após aprovação à totalidade das restantes unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de mestrado.

2 – O estudante deverá submeter o Relatório no prazo limite de 60 dias úteis após o término do 4º semestre (2º semestre do 2º ano do plano de estudos do curso).

3 – Caso não termine o Relatório no tempo previsto, o estudante poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega de acordo com o Regulamento do IPC indicado no Preâmbulo deste Regulamento.

ARTIGO 10º - ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES CURRICULARES DE SEMINÁRIOS E PROJECTO I

1 – A realização da unidade curricular de Projecto II (Execução) desenvolve-se em estreita colaboração e articulação com a de Seminários e Projecto I (Concepção).

ARTIGO 11º - RESPONSABILIDADES DA ESEC

1 – Compete à Escola Superior Educação Coimbra:

- a) celebrar um acordo de cooperação com a organização receptora do projecto ou do estágio, caso o mesmo seja efectivamente necessário;

- b) nomear o orientador e co-orientador, se aplicável, nos termos definidos no presente Regulamento;
- c) garantir uma orientação efectiva por parte do orientador.

ARTIGO 12º - RESPONSABILIDADES DO ORIENTADOR DA ESEC

1 – Cabe ao Orientador :

- a) validar o plano de trabalhos a desenvolver pelo estudante, acompanhar o estudante na realização do Projecto e na elaboração do relatório final;
- b) emitir parecer sobre requerimento de prestação de provas públicas;
- c) colaborar com o co-orientador, se aplicável, em todos os assuntos relacionados com os trabalhos a desenvolver;
- d) supervisionar a elaboração do relatório final;
- e) zelar pelo cumprimento dos prazos estipulados;
- f) integrar o júri de avaliação da prova pública;
- g) conservar o sigilo sobre informações de carácter confidencial ou reservado a que tenha tido acesso através da realização dos trabalhos pelo estudante;

ARTIGO 13º - RESPONSABILIDADES DO ESTUDANTE

1 – Cabe ao estudante:

- a) cumprir o estipulado no presente regulamento;
- b) cumprir na íntegra o plano de actividades aprovado;
- c) ser assíduo e pontual, nos termos propostos no plano de actividades;
- d) respeitar as regras internas da instituição de acolhimento;
- e) não fazer uso de informações e contactos, documentos internos ou estudos que sejam propriedade da instituição acolhedora sem prévio acordo desta;
- f) manter o orientador e co-orientador, se aplicável, ao corrente de todas as ocorrências durante a realização do Projecto;
- g) elaborar o relatório final em período compatível com a calendarização prevista no art. 9º.

ARTIGO 14º - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – O presente Regulamento entra em vigor após aprovação no Conselho Técnico-Científico da ESEC, sob proposta do Director da Comissão Coordenadora do Mestrado.

2 – Todos os casos não previstos neste Regulamento serão analisados pela Comissão Coordenadora do Mestrado.

ARTIGO 15º - ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC aplicando-se à edição de 2012-2014.

[Aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC de 21 de julho de 2014]